

Um legado em questão

Competição no Brasil pode marcar discussão sobre a sustentabilidade do modelo dos megaeventos esportivos

Arena Fonte Nova – Salvador / BA
Foto: Antonio Scorza/Shutterstock.com

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Desde as Olimpíadas de 1992, identificadas como eixo do renascimento de Barcelona, os megaeventos esportivos ganharam a chancela de transformadores de cidades. A partir de então, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos passaram a ser vistos como sinônimo de revitalização urbana e econômica, seja pelas obras que demandam, seja pelos turistas que atraem.

Nos últimos anos, entretanto, a pressão aos países-sede para cumprir a lista de exigências dos organizadores, que cresce tanto quanto a dimensão dos eventos, tem feito os candidatos questionarem as vantagens da empreitada. “Esta Copa e as próximas Olimpíadas podem ser os últimos episódios dos megaeventos no estilo tradicional, pois eles são insustentáveis da forma como são apresentados”, afirma Larmartine da Costa, professor da Uerj e da University of East London. O bordão do “padrão Fifa”, que ecoou ironicamente em manifestações sociais pelo Brasil, não são os únicos sinais dessa reação. Munique (Alemanha) e

Saint Moritz (Suíça) surpreenderam o Comitê Olímpico Internacional (COI) ao decidirem, por meio de referendo popular, somar-se às cidades que não se candidataram para sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022. Este ano, o COI já admitiu estudar medidas para baratear candidaturas e garantir a popularidade e lucratividade dos Jogos. “Os exemplos se multiplicam e levam à discussão sobre a legitimidade da Fifa e do COI que não se esgota no megaevento, muito menos no esporte. Trata-se da legitimidade de uma entidade se dirigir a tantos países como ocorre nesses megaeventos e mexer até na organização interna dos mesmos. É uma discussão séria”, afirma.

Costa ressalta que o alerta, entretanto, não enfraquece o potencial econômico dos megaeventos. Pedro Trengrouse, consultor da ONU e coordenador de projetos da FGV, reforça o coro. Ainda que as contas da Copa do Mundo do Brasil não estejam fechadas, afirma que a polêmica sobre os gastos com os estádios não

é justificada. “O PIB brasileiro é de R\$ 4,5 trilhões. O investimento em estádios somou cerca de US\$ 9 bilhões, nos últimos três anos, o que equivale a R\$ 3 bilhões anuais. É como se uma pessoa que ganha R\$ 4,5 mil gastasse R\$ 3 em uma festa. E o Brasil podia pagar por isso”, compara.

Um dos problemas apontados pelos especialistas é o desequilíbrio entre as oportunidades de geração de riqueza presentes na relação dos organizadores na negociação de direitos de transmissão e com patrocinadores e desses organismos com o país-sede. Costa e Trengrouse conversaram com a mídia brasileira e internacional em junho, no Centro Aberto de Mídia do governo federal. Na oportunidade, puderam ilustrar as disparidades na evolução das oportunidades geradas nesses eventos. Da primeira transmissão ao vivo e em cores pela TV de uma Copa, em 1970, que não foi negociada, à arrecadação de R\$ 2,5 bilhões pela Fifa pelos direitos de transmissão da Copa no Brasil, a evolução foi veloz. E ain-

da é somada da presença dos patrocinadores, que geram um investimento adicional para potencializar os direitos de promoção adquiridos. “O Estado, por sua vez, que foi o primeiro pilar de sustentação desde a primeira Copa em 1930, no Uruguai, ainda não evoluiu na criação de uma agenda que potencialize seus ganhos. No Brasil, vimos todo mundo preocupado em cumprir o que a Fifa estabeleceu, perdendo a oportunidade de desenvolver uma série de ações do seu próprio interesse e que poderiam ampliar o sucesso da Copa”, diz Trengrouse.

Parte dessa diferença vem da característica do próprio evento, em que patrocinadores e Fifa caminham juntos numa curva de aprendizado que se consolida a cada mundial. “Já o Estado é o único que não acompanha essa dinâmica. A Copa vai, e ele fica. Não há segunda chance.” Por isso, o coordenador de projetos da FGV defende a colaboração de várias instituições nacionais, incluindo as esportivas, para que um país possa tirar o melhor da negociação de uma candidatura. “É preciso emplacar uma agenda da qualidade”, reitera. “Na Conferência Mundial de Ministros de Esporte da Unesco, em Berlim, no ano passado, o Brasil foi o primeiro país a levantar a reflexão sobre esse custo-benefício. E esse pode ser o grande legado da Copa no Brasil: o de colaborar para uma mudança na relação dos governos com os megaeventos”, diz Trengrouse.

Melhor tática

E como deveria ser essa mudança? Para Trengrouse, em primeiro lugar, é preciso acabar com a ideia de que COI e Fifa apresentam os eventos esportivos como solução para problemas estruturais dos países. “Isso implica chamar de legado da Copa os investimentos em infraestrutura, como de

mobilidade urbana, feitos com nosso próprio dinheiro.” No caso do Brasil, se os investimentos constantes da matriz de responsabilidade original fossem realizados, e pelos valores então estimados, a FGV Projetos calculou em 2010 que haveria um impacto de R\$ 140 bilhões adicionais na economia. “Mas o valor dos investimentos mudou, nem tudo ficou pronto, e essas contas já são outras”, diz Trengrouse. Entretanto, o especialista reforça a defesa de que a Copa não deveria assumir um problema crônico do país que transcende governos de turno. “Basta lembrar que, no Rio de Janeiro, a promessa de metrô até a Barra da Tijuca e de despoluição da Baía de Guanabara já tinha sido feita para os Jogos Pan-americanos de 2007”, exemplifica. “O Brasil, que em 1960 construiu uma cidade inteira, Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek, hoje tem uma burocracia tão grande que ninguém consegue construir uma ponte em um mandato.”

Para Trengrouse, um dos principais ganhos relacionados diretamente à Copa, e que deveria ter sido ativado com o direito de sediá-la, está ligado à atividade principal do evento, o futebol. No Brasil, essa atividade representa 0,2% do PIB, e gera 300 mil empregos ao ano. Mas poderia alcançar 1,2% do PIB, diz Trengrouse, com a melhora da gestão dos clubes e do calendário. “Temos um problema crônico de calendário. Na base da pirâmide, 90% dos clubes jogam em média apenas 4,5 meses por ano. No topo da pirâmide, grandes clubes têm que jogar a Libertadores da América — na verdade, é Libertadores Sul-Americana — em países que não oferecem condições adequadas. A Fifa poderia ter nos ajudado a corrigir esse sofisma trazendo a Concacaf para discutir a criação de um campeonato com 45 países (35 da América do Norte, Central e Cari-



Foto:Marília Cabral

Pedro Trengrouse

No Brasil, vimos todo mundo preocupado em cumprir o que a Fifa estabeleceu, perdendo a oportunidade de desenvolver uma série de ações do seu próprio interesse e que poderiam ampliar o sucesso da Copa

be mais os dez da Conmebol), similar à Champions League, da Uefa, que reúne 52 países”, sugere.

O especialista também defende, em sua avaliação, que se deveria ter priorizado uma experiência melhor para o torcedor. “Somos 200 milhões e é inadmissível que o brasileiro tenha assistido à Copa em seu país da mesma forma que assistiu à do Japão”, avalia. “Era fundamental que o governo tivesse defendido eventos de exibição pública nas principais cidades do país, que, além de gerar emprego e renda, propiciariam uma experiência diferenciada para o povo brasileiro que se sentiu machucado por não ter ingresso”, afirma. “É uma questão de privacidade relativa que só seria resolvida pensando fora da caixa, e são lições que devem ficar para os próximos países que sediarão o evento”, conclui. 